



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10780 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 18 - Gênero, Sexualidade e Educação

PEDAGOGIAS DE GÊNERO COMO CRÍTICA À AGENDA NEOCONSERVADORA PARA POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Eloisa Bido - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

PEDAGOGIAS DE GÊNERO COMO CRÍTICA À AGENDA NEOCONSERVADORA PARA POLÍTICAS EDUCACIONAIS

RESUMO

O presente escrito compõe um estudo maior, que advém de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Trata-se de um estudo acerca das pedagogias de gênero na escola pública, no intuito de problematizar o projeto conservador que visa silenciar e reprimir o debate de gênero nas políticas educacionais. Ou seja, estamos tratando de um fenômeno social em que o debate de gênero vem sendo suprimido ou silenciado pelas ações e disputas de grupos conservadores que passaram a atuar na arena política.

Palavras-chave: Neoconservadorismo. Políticas Educacionais. Pedagogias de Gênero

O tema gênero tem gerado tensões e debates nas políticas educacionais brasileiras e narrativas neoconservadoras tentam constantemente silenciá-lo. De antemão, salientamos que este resumo expandido, assim como a dissertação de mestrado foram escritos no pronome feminino, no plural e no singular, de modo a evidenciar e elucidar o pensamento feminista que coloca as mulheres como sujeitas de subjetividade, sujeitas produtoras de ciência, partindo também de um pressuposto de que não existe neutralidade nas ciências sociais (MINAYO, 2014).

O objetivo geral deste escrito consiste em apresentar os resultados encontrados e as reflexões trazidas com o estudo. Sendo assim, identificamos e analisamos as Pedagogias de Gênero mobilizadas pelas docentes dos anos iniciais no ambiente escolar, e seus efeitos.

Assim, com base em entrevistas com professoras dos anos iniciais de escolas públicas na esfera municipal, o foco desta pesquisa é averiguar se esses conteúdos de gênero, embora não

prescritos nos documentos que orientam a política educacional, continuam sendo enunciados ou mobilizados, ainda que invisivelmente, no ambiente escolar, por meio de normas, regras, práticas, ou mesmo nas representações inscritas nas narrativas das docentes.

Buscamos por meio da literatura disponível pontuar alguns aspectos acerca das disputas de gênero em Políticas Públicas. Também, ouvimos professoras, por meio de entrevistas semiestruturadas, visando identificar e compreender que pedagogias de gênero são mobilizadas na escola. Entrevistamos 15 professoras, sendo 14 mulheres e 1 homem que atuam nos anos iniciais da educação de ensino fundamental de escolas de um município do Oeste de Santa Catarina. E, mesmo que este estudo seja microssocial, por envolver entrevistas com professoras de um pequeno município, certamente ele pode mobilizar reflexões acerca de fenômenos ou políticas educacionais de forma mais ampla (ZANTEN, 2004).

Cabe também mencionar que a análise de dados da pesquisa foi realizada a partir da perspectiva hermenêutico-dialética, proposta por Minayo (2014). A interpretação hermenêutica teve como base os conceitos advindos dos estudos de gênero e da teoria feminista na perspectiva pós-estruturalista, como: gênero, pedagogias de gênero e poder.

Consideramos que as sujeitas são constituídas de gênero, e suas representações organizam as relações no ambiente escolar. O gênero constitui as relações sociais e opera por meio de normas, símbolos, práticas institucionais e pelas representações subjetivas, que exercem poder tanto para reproduzir determinadas relações sociais, como para transformá-las (SCOTT, 2019). Ainda, a autora propõe a pensarmos gênero como “um elemento constituído de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Assim, ao considerar que a noção de “Pedagogias de Gênero” é significativa para a nossa pesquisa, buscamos, nesse ponto, apresentar a compreensão sistematizada através da revisão de artigos, ensaios e pesquisas já realizadas acerca das relações de gênero e educação e, a partir das considerações teóricas, que encontramos, chegamos a uma definição de Pedagogias de Gênero como um conjunto de normas, práticas, relações de poder, saberes e representações acerca do masculino e do feminino, que são mobilizadas no espaço escolar ou não escolar, e, mesmo que de forma sutil, invisível ou silenciosa, operam educando corpos e produzindo subjetividades conformadas ou não com as normas convencionais de gênero.

Esta análise de artigos e estudos nos mostra que as pedagogias de gênero, são e estão ali, estruturadas e costuradas de uma geração para a outra, nas adultas que a repassam para as crianças e adolescentes, e esses repassarão aos conseqüentes. É como um ciclo que se renova e se repete, se refaz e desfaz, configurando a subjetividade ao modelo esperado de seu tempo.

Elas estão, por exemplo, na fila que segrega meninos e meninas, nunca questionada, porque sempre foi feita dessa maneira. Nos brinquedos, no caderno, na alfabetização e nos estigmas repassados, no olhar de estranheza para o diferente. Isso nos faz pensar que as disputas políticas de agendas conservadoras, no atual contexto brasileiro, pela retirada dos termos de gênero, identidade de gênero e de orientação sexual dos Planos de Educação e do currículo prescrito, não necessariamente vão retirar os enunciados do gênero do cotidiano escolar ou do currículo em ação. O currículo em ação se constitui através do que chamamos de pedagogias de gênero, porque educa os corpos masculinos e femininos de acordo com o padrão cultural.

Ou seja, pedagogias que educam e conformam os corpos de acordo com as convenções culturais de gênero. Em outras palavras, as pedagogias, como o próprio nome diz, podem corrigir, discriminar, deliberar os corpos para que se conformem com os ditames sociais. Assim, impor uma agenda conservadora para não falar de gênero na escola significa negar que existam matrizes e códigos de conduta que ordenam e comandam subjetividades.

Apesar de a narrativa neoconservadora argumentar que a “educação moral” deva ser responsabilidade da família, e que temas de gênero e sexualidades não podem ser discutidos na escola, muito menos estar legitimamente nos documentos das políticas de educação, como vimos no capítulo anterior, acreditamos que estas “coisas”, expressamente proibidas, habitam a escola, por meio das pedagogias de gênero.

Assim, consideramos importante evidenciar, neste escrito, como o Neoliberalismo faz aliança com o Conservadorismo, e os resultados dessa união no Brasil, como uma corrente ideológica (BIROLI, 2020); (LACERDA, 2020). Além das características particulares da realidade brasileira, suas implicações com as políticas públicas de educação, principalmente no que se refere aos Planos de Educação e as Bases Nacionais Curriculares. Isso porque o neoconservadorismo tem se caracterizado pela busca do domínio sobre os currículos, e sobre o que deve ser considerado conhecimento a ser ensinado no campo da educação.

Biroli (2020) e Lacerda (2019), Leite (2019) consideram ser importante estarmos atentas para o fato dessa ofensiva conservadora no país, acerca dos temas que envolvem gênero e sexualidades, porque embora se trate de um fenômeno transnacional, esse fenômeno se desenvolve com certas características em cada contexto nacional. “É o que ocorreu nos episódios dos Planos de Educação, em que “os setores “conservadores” assumiram uma estratégia de apropriação de termos dos estudos de gênero e dos movimentos feministas, alterando seu sentido.” (LEITE, 2019, p. 130).

É sobre isso que discutiremos a partir da análise de falas de professoras dos anos iniciais, uma vez que consideramos que, apesar das disputas em torno de gênero pelo silenciamento de gênero em políticas educacionais, essas relações continuam sendo mobilizadas no ambiente escolar, por meio de representações, discursos e práticas (pedagogias de gênero), produzindo efeitos nas subjetividades e reforçando padrões de igualdade ou desigualdade.

As relações de gênero, bem como as relações sociais como um todo, se constituem e se mobilizam dentro da família e da escola. Quando questionadas quanto à participação de mães e pais nas reuniões, para o acompanhamento do desempenho escolar das filhas, 13, das 15 entrevistadas, responderam que quem participa das reuniões de mães e pais, geralmente, são as mães. Algumas das falas nos chamam a atenção, como o relato de Daniela: *“As mães que mais participam das reuniões de pais. É questão de ligação, a mãe é vista como alguém que consegue conversar melhor, é da cultura.”*.

O conteúdo dessas falas evidencia que há uma associação com a cultura tradicional em termos de papéis de gênero, com a questão de a mulher estar à frente da educação dos filhos, como um papel social a ser desempenhado; essa mulher pode ser a mãe, a avó, a irmã mais velhas, ou, até mesmo, a tia da criança, como se fosse da “natureza” das mulheres a responsabilidade com os cuidados da educação dos filhos.

Nessa relação entre escola e famílias, constata-se, em algumas falas de professoras, a

reprodução de uma visão que separa ensinar e educar, condizente com o discurso conservador em voga, que certamente influencia ou reforça a visão de professores, como é o caso de Paul: “Eu acredito que a educação vem de casa, da família. A escola tem o papel de ensinar, não de educar”.

A relação entre escola e família é considerada importante, contudo, desde que cada instituição respeite a separação de papéis, como também se lê na fala de Joan, segundo a qual,

“A escola tem que trabalhar junto com a família. A família tem que fazer o papel de educar, de fazer a criança obedecer; e o professor, que desenvolver as atividades de conhecimento, matemática, e nessa parte científica de conteúdo. Nesse sentido. Porque digamos assim, a família tem que vir conversar com o professor, mas não pode tomar a entrada na sala de aula, porque têm pais que gostam de entrar na sala e mandar.” (Joan)

As falas de Paul e Joan, de certo modo, se coadunam com os discursos de grupos neoconservadores, que pregam essa separação. Isso, porque essas sujeitas se posicionam contra os debates de gênero na escola ou defendem as ideias do Projeto Escola sem Partido, intervindo na Política, em defesa da educação moral dos filhos como tarefa da família. Nas entrevistas, um grupo significativo de professoras vinculou a educação moral à família, e o ensino de conteúdo à escola, o que revela que os discursos conservadores exercem poder na produção de significados, levando a representações coletivas sobre o que é papel da escola. Sendo assim, nesse ponto, analisamos a fala das professoras sobre o cotidiano escolar, quanto às relações de gênero que se estabelecem por meio de práticas e vivências de meninos e meninas. Ao indagar como as crianças se relacionam entre si, como elas brincam, obtivemos relatos de práticas inclusivas entre alunas como o que segue:

“Meninos e meninas brincam juntos. Ontem à tarde me chamou a atenção porque as meninas trouxeram as bonecas, uma das meninas era a madrinha da boneca, a dinda, aí tinha o menino que era o “dindo” e elas se revezavam para levar a boneca passear e me chamou a atenção que o menino ele falou quando estavam brincando: “façam silêncio, porque o bebê quer dormir”, chamando a atenção dos outros colegas. Fazia tempo que eu não presenciava brincadeira de meninos e meninas juntos. Isso me chamou muito a atenção.” (Flávia)

Também, constata-se que as professoras associam o rendimento escolar das meninas ao capricho, ao fato de seguirem as regras, serem mais focadas nos estudos, serem mais dedicadas e comportadas, terem mais interesse nas aulas e serem, em outras palavras, mais dóceis, refletindo no papel da “boa aluna”. Assim, por serem boas alunas, pode, facilmente, ser atribuído a elas o papel de auxiliar os meninos no processo de aprendizagem. Às meninas, é atribuído o papel de auxiliar colegas e professoras. Esses estereótipos de gênero, aprendidos nos processos de socialização familiar e reforçados na escola, por uma visão em que se naturalizam atributos para o universo masculino e feminino, acabam contribuindo para reproduzir relações hierárquicas de poder e a ordem social da divisão de gênero do trabalho, onde meninas e mulheres são obedientes, cuidadoras, que trabalham duro e asseguram a ordem social, sem poder subvertê-la (AUAD, 2019).

No que se refere aos meninos, comportamentos como agressividade, desatenção também tendem a ser naturalizados na fala de professoras, como inerente à essência de um indivíduo que nasce macho, como se observa nas falas acima e na que segue: “Geralmente, os meninos são mais desatentos, deixam as coisas em casa, esquecem a apostila em casa. Não queria ser taxativa, mas é a realidade, os meninos são mais agressivos” (Sandra). Em uma perspectiva das relações de gênero, a agressividade e a imposição de um lugar de liderança estão

relacionadas a um lugar “invisível” de poder. Ou, no sentido de Foucault (2019), podemos dizer que esses estereótipos de gênero operam sutilmente como microrrelações de poder nas relações que se estabelecem na escola e na sociedade.

O discurso conservador coabita nas falas das professoras. A sensação de perda de valores, costumes e respeito está presente na fala de Soeli. Essa concepção tem se observado também nos discursos do conservadorismo que emerge no cenário da educação brasileira. Existe uma nostalgia de que há anos as coisas eram diferentes, melhores, que havia disciplina na sala de aula. Nesse sentido, tende-se a considerar que, quando as crianças expressam sua identidade de gênero e esta não obedece a lógica do sexo que lhe é atribuído, há uma “*libertinagem, perda de valores, falta de autoridade*” (Sueli). Observa-se a compreensão de que, quando o corpo de uma criança subverte as normas da heterossexualidade e do cisgênero, é porque houve a falta de intervenção e rigidez dos adultos.

Ainda, é importante ressaltar que, embora alguns dos novos arranjos familiares sejam vistos como não “normais”, na concepção de professoras entrevistadas, eles existem e devem ser respeitados. Constatamos que a escola está buscando abrir-se a esses novos arranjos, por meio do diálogo democrático, sem se fechar em modelos únicos e universais, e, para isso, uma das estratégias que vem sendo assumida é o “dia das famílias”, ao invés do dia dos pais e das mães, como uma forma de se adaptar à realidade das famílias brasileiras, na atualidade, e de respeitar a dignidade de crianças que já não integram o modelo patriarcal de família. E, por mais que a família que o neoconservadorismo defende seja a formada por um homem e uma mulher, heterossexuais, onde o pai é a figura masculina que provê financeiramente, e a mãe, a figura feminina responsável pelos cuidados e afetos, não seja o modelo que representa todas as famílias brasileiras, a escola vê-se no desafio de incluir e acolher todas as famílias, como uma posição política e democrática.

Considerando que a ofensiva antigênero parece se colocar como estratégia para a “salvação da família”, no cenário político atual, corroboramos, com Telles (2020), que a escola não é neutra, tampouco, as políticas pensadas para a educação, como também para a formação docente. Elas refletem um contexto político nacional e internacional e se inscrevem historicamente dentro de um jogo de interesses políticos e econômicos.

Não dá para falar sobre gênero, diversidades e sexualidade nas práticas escolares de professoras sem falar em formação inicial e continuada de professoras. Trabalhar com as questões de gênero nas políticas e práticas educativas nos coloca no desafio de refletir sobre símbolos, normas, práticas, modelos de ser e estar, social e culturalmente, e essa complexidade da prática educativa traz alguns desafios

Assim sendo, concordamos também com Graupe, Locks e Pereira (2018), que não podemos ignorar a relevância das políticas de gênero na educação, uma vez que elas possibilitam a problematização dos preconceitos, dos estereótipos, processos de discriminação e outras dinâmicas que possam existir no meio escolar, e não escolar.

A ponto de conclusão, reiteramos que é preciso, diante dos resultados desta pesquisa, tornar frequentes os questionamentos sobre os papéis sociais de gênero e a naturalização daquilo que não deveria ser naturalizado, como, por exemplo, as brincadeiras pré-estabelecidas para meninas e meninos, lugares em que se sentam na sala, os lugares que passarão o recreio,

normas acerca de comportamentos esperados, entre outros. Faz-se necessário problematizar tais pedagogias, para não se reproduzir práticas que mantêm processos desiguais.

Essa lacuna na formação das professoras ficou visível em nosso estudo. Os dados coletados por meio das entrevistas mostram que não há uma compressão acerca dos conceitos de gênero, diversidade e sexualidade, dentro de um processo de construção sociocultural, de modo que não conseguem problematizar as questões de gênero e sexualidades no ambiente escolar. Mesmo assim, conforme demonstramos neste estudo, elas, de forma inconsciente, estão mobilizando, a todo o momento, pedagogias de gênero no ambiente escolar, sem que as palavras “gênero”, “sexualidade” ou “diversidade” sejam explicitadas. Isso porque suas subjetividades foram constituídas por crenças, valores e representações de gênero, as quais estruturaram sua visão de mundo e passam a estruturar novas relações, conforme mostraram os estudos de Scott (2019) e de Lauretis (2019).

Ao chegarmos ao final da pesquisa, podemos dizer que nossa hipótese de estudo se confirma. Isto é, de que apesar das disputas pela não inclusão e silenciamento das questões de gênero em políticas educacionais, essas relações continuam sendo mobilizadas no ambiente escolar, por meio de representações, discursos e práticas, aquilo que aqui chamamos de Pedagogias de Gênero, produzindo efeitos nas subjetividades, produzindo padrões de igualdade e desigualdade.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. 2. ed. Editora Contexto: São Paulo, 2019.

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria D. C.; VAGGIONE, Juan M. **Gênero, neoconservadorismo e Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135-187.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2019.

GRAUPE, Mareli E.; LOKS, Geraldo A.; PEREIRA, Josilaine A. Políticas públicas de gênero em Santa Catarina: uma análise dos currículos de graduação e pós-graduação. **Inter-Ação**, Goiânia, v.43, n.3, p. 725-738, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/48951/32782>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, CORPES, Joanalira (Orgs.), **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, p. 25-52.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia de Gênero**. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

2019. p. 121-156.

LEITE, Vanessa. Em defesa das crianças e da família: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Revista latino-americana Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 32, p. 119-142, ago., 2019

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec. 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2019. p. 49-82.

TELLES, Edna de Oliveira. Relações de gênero e práticas escolares. In: VIANNA, Claudia; CARVALHO, Marília (org.). **Gênero e Educação: 20 anos construindo conhecimento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 163-186.

ZANTEN, Agnês Van. Pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validade e generalização. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 25-45, jan./jun. 2004.